

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 1.251, DE 2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de monitoramento por Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV, em todos os Centros Especializados em Reabilitação (CER) do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como, em todas as unidades privadas que oferecem atendimento a pessoas com TEA.

Autor: Deputado RODRIGO GAMBALE

Relator: Deputado ROMERO RODRIGUES

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de monitoramento por Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV, em todos os Centros Especializados em Reabilitação (CER) do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como, em todas as unidades privadas que oferecem atendimento a pessoas com TEA.

O objetivo é reforçar a segurança de pacientes, profissionais e demais usuários, além de ampliar a transparência e a qualidade do atendimento. As câmeras devem ser instaladas em áreas comuns, como portarias, recepções, corredores, salas de terapia e refeitórios, sempre respeitando a privacidade, com proibição expressa de instalação em banheiros, vestiários, consultórios e outros espaços íntimos.

A proposta determina que o videomonitoramento siga integralmente as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo tratamento seguro e proporcional das imagens. O acesso deve ser restrito e



rastreado, e imagens de sessões terapêuticas podem ser utilizadas para orientar pais ou responsáveis, conforme princípios de minimização de dados.

O projeto ainda estabelece que os gestores dos CER serão responsáveis pelo controle e tratamento das imagens, devendo comunicar irregularidades às autoridades competentes, como polícia, Ministério Público e Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O descumprimento das normas configura infração sanitária, sujeita às penalidades da legislação vigente, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais.

A proposição já foi apreciada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, sendo aprovada na forma do substitutivo apresentado.

O projeto encontra-se na Comissão de Saúde para apreciação de mérito, e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões (Art. 24 II), em regime de tramitação ordinário (art. 151, III, RICD).

Após passar pela Comissão de Saúde, o projeto será distribuído às Comissões de Finanças e Tributação (Art. 54 RICD), e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Saúde a apreciação do Projeto de Lei nº 1.251, de 2025, quanto ao mérito, no que tange a questões referentes ao seu campo temático e às suas áreas de atividade, nos termos regimentais.

A proposição se justifica pela necessidade crescente de fortalecer a segurança, a transparência e a qualidade do atendimento prestado nos Centros Especializados em Reabilitação do SUS e nas unidades privadas que atendem pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).



Pacientes com deficiência e indivíduos com TEA frequentemente dependem de terceiros para relatar situações de risco, maus-tratos ou condutas inadequadas, o que torna essencial a adoção de mecanismos que garantam ambientes terapêuticos seguros, supervisionados e confiáveis.

A instalação de sistemas de videomonitoramento em áreas comuns, preservando-se rigorosamente a privacidade e a dignidade de todos, constitui medida moderna, eficaz e já utilizada em diversas instituições de saúde, educação e assistência social, contribuindo significativamente para prevenir abusos, padronizar procedimentos e qualificar práticas profissionais.

Além disso, o registro de imagens permite que eventuais denúncias sejam apuradas com maior precisão e rapidez, reduzindo a subnotificação e fortalecendo a proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade. O CFTV também auxilia os próprios serviços de reabilitação a aperfeiçoar rotinas, detectar falhas e aprimorar o suporte oferecido às famílias, especialmente quando utilizado, de forma controlada e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, para orientação de pais e responsáveis.

A proposta restringe o uso do sistema apenas às áreas adequadas, proíbe câmeras em ambientes íntimos e estabelece regras estritas de armazenamento, acesso e rastreabilidade das informações, garantindo respeito integral aos direitos dos pacientes e dos profissionais. Ao prever responsabilização dos gestores e penalidades para o descumprimento, o texto assegura que o videomonitoramento seja aplicado de modo responsável e seguro.

Dessa forma, a instituição de CFTV nos CER e em unidades privadas que atendem pessoas com TEA representa avanço relevante na política de proteção, cuidado e reabilitação, contribuindo para serviços mais transparentes, humanizados e alinhados às demandas de famílias e usuários que aguardam por ambientes terapêuticos cada vez mais seguros e confiáveis.

Importa destacar, contudo, a necessidade de aperfeiçoamento da matéria, a fim de aprimorar sua técnica normativa e assegurar maior



precisão, clareza e aplicabilidade prática, por meio do substitutivo ora apresentado.

Pelo exposto, no que concerne às questões relativas à Comissão de Saúde, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.251, de 2025, na forma do substitutivo anexo, e pela rejeição do substitutivo proposto pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ROMERO RODRIGUES
Relator

2025-21737



COMISSÃO DE SAÚDE**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.251, DE 2025**

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de monitoramento por Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV, em todos os Centros Especializados em Reabilitação (CER) do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como, em todas as unidades privadas que oferecem atendimento a pessoas com TEA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para a instalação, operação e tratamento de dados provenientes de sistemas de videomonitoramento por Circuito Fechado de Televisão (CFTV) em Centros Especializados em Reabilitação (CER) vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e em unidades privadas que ofertem atendimento terapêutico a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de promover a segurança dos pacientes, profissionais e usuários, bem como assegurar maior transparência e qualidade na prestação dos serviços.

Art. 2º Os estabelecimentos referidos no art. 1º deverão manter sistema de videomonitoramento em áreas comuns de circulação e atendimento, incluindo portarias, recepções, corredores, salas de terapia individual e coletiva e refeitórios, assegurado o respeito à dignidade, à privacidade e aos direitos da pessoa com deficiência.

§1º É vedada a instalação de câmeras em banheiros, vestiários, consultórios médicos, salas de descanso ou quaisquer outros ambientes cujo monitoramento possa violar a intimidade dos pacientes ou profissionais.



§2º As áreas monitoradas deverão ser devidamente sinalizadas, em observância ao princípio da transparência previsto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Art. 3º A coleta, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento e o tratamento das imagens obtidas pelo sistema de CFTV deverão observar integralmente as disposições da LGPD, assegurando o tratamento adequado, seguro e limitado aos fins previstos nesta Lei.

Art. 4º As imagens captadas pelo sistema de videomonitoramento deverão ser armazenadas por um período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias e somente poderão ser acessadas e tratadas nos seguintes casos:

I – mediante requisição formal da autoridade policial, do Ministério Público ou do Poder Judiciário;

II – para fins de auditoria, fiscalização e regulação por órgãos competentes do SUS, respeitado o sigilo legal;

III – pelo próprio paciente ou seu representante legal, nos termos da legislação vigente;

IV – para fins de aprimoramento das práticas assistenciais, desde que mediante consentimento expresso dos pacientes ou responsáveis legais, respeitados os princípios da minimização de dados e necessidade, em conformidade com a legislação vigente.

§1º O acesso às imagens será restrito a profissionais previamente autorizados pelo gestor da unidade, devendo ser garantida a rastreabilidade de todos os acessos, observadas as disposições da LGPD.

§4º Os gestores dos Centros Especializados em Reabilitação e das unidades privadas serão responsáveis pela guarda, segurança, acesso e tratamento das imagens, devendo comunicar imediatamente às autoridades competentes qualquer indício de violação de direitos, em conformidade com o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).



Art. 5º O descumprimento das disposições previstas nesta Lei constitui infração sanitária e sujeitará o infrator às penalidades da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ROMERO RODRIGUES
Relator

2025-21737

